

REABRE-SE O CONGRESSO (E nunca se esperou tanto dele)

347

Ao abrir ontem o ano legislativo, o presidente do Congresso Nacional, senador Moacir Dalla (PDS-ES), chamou a atenção para o momento de transição política e a gravidade da crise econômica e social do País, "que não pode comportar enganos". Dalla sustentou ainda que o Parlamento não pode ser culpado pela condução da coisa pública nos últimos anos, por estar despojado de instrumentos constitucionais, não podendo também se distanciar desses problemas, "com a alegação de que não temos parcela de culpa pelos descaminhos da Pátria".

A sessão solene de instalação da segunda sessão legislativa da 47ª legislatura foi aberta às 15h15 e durou apenas meia hora — o suficiente para a leitura da introdução da mensagem presidencial e para o pronunciamento de Moacir Dalla. O plenário registrou bom comparecimento de parlamentares, além de dois ministros: Jarbas Passarinho, da Previdência Social, e Esther de Figueiredo Ferraz, da Educação. Um tenente-coronel representou o Comando Militar de Brasília e um almirante, o Comando Naval.

O chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ministro Leitão de Abreu, foi conduzido à mesa-diretora por uma comitiva de líderes partidários: Aloíso Chaves e Nélson Marchezan, do PDS; Humberto Lucena, do PMDB; Celso Peçanha, do PTB; e Bocaiúva Cunha, do PDT. Leitão sentou-se na segunda fileira do plenário ao lado do líder petebista.

Finda a leitura da mensagem presidencial pelo 1º secretário do Senado, Henrique Santillo (PMDB-GO), Moacir Dalla proferiu o seu discurso, interrompido por aplausos, principalmente dos oposicionistas, em sete oportunidades.

Dalla lembrou que neste ano legislativo serão delineados os caminhos que o Brasil deverá trilhar nos próximos tempos, com "grave e pesada responsabilidade do Parlamento, que não pode cometer erros que levem ao desvio da rota certa".

Dalla destacou que neste ano ocorrerá a definição do problema da eleição presidencial, com a realização das convenções partidárias, o que fará com que o tema seja freqüente nas tribunas parlamentares. Assegurou, contudo, que o Congresso saberá decidir bem, não só por estar respaldado pela confiança popular, expressa nas urnas, mas também porque "acabamos de ter a oportunidade de sentir, em contato direto, as angústias e as aspirações do povo que representamos. Elas ditarão nosso comportamento e darão suporte às nossas decisões".

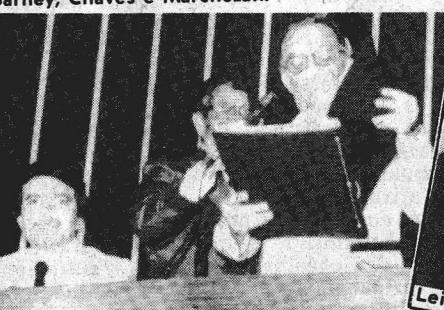
O senador capixaba deu ênfase à crise econômica e social, "que já atingiu limites insuportáveis". Em função disso, como notou, o ano legislativo deverá ser eminentemente político, o que pressupõe que, "se a eleição do próximo presidente da República vai definir os rumos do futuro, não nos é lícito ignorar a gravidade da situação atual".



Marcílio e Dalla: início da sessão.



Sarney, Chaves e Marchezan.



Santillo: leitura do texto.



Leitão chega, com a mensagem.

POLÍTICA	ECONOMIA	SOCIAL	MILITAR
----------	----------	--------	---------

POLÍTICA

Apenas 15 minutos antes do início da sessão de reabertura dos trabalhos legislativos é que o texto da mensagem do presidente da República ao Congresso foi liberado à imprensa — exatamente às 15 horas, quando o ministro Leitão de Abreu, da Casa Civil, fazia a entrega solene do documento ao senador Moacir Dalla.

Foi uma mensagem repleta de lamentações e tentativas de explicação da crise nas áreas econômica e social. Nenhuma proposta nova, porém. E não houve também nenhuma referência à sucessão presidencial, e até a discussão sobre a possibilidade da volta das eleições diretas foi esquecida. Sobre o tema da reforma constitucional, o presidente se diz "guarda e defensor da Constituição" e adverte para a necessidade de "velar pela eficácia das cláusulas de nossa Carta política". Mais adiante, contudo, ele acrescenta que "cumpre reformar progressivamente, em determinados pontos, o sistema constitucional". Mas não aponta em quais pontos nem de que forma seriam feitas as reformas.

Em outro trecho, ele ressalta o "invejável potencial humano do Brasil, que será utilizado", para em seguida atacar o "crescimento demográfico desordenado e cauteloso, que engrossa a multidão dos que requerem da sociedade toda a sorte de prestações que os ajudem a viver".

Nos 43 parágrafos da mensagem, o presidente faz inclusiva referência aos fatores externos causadores da crise brasileira, enfatizando sempre que "sairmos das graves dificuldades", embora não tenha dito de que forma.

ECONOMIA

No item da mensagem sobre a política econômico-financeira, o presidente informa que há em curso "um ajuste estrutural, em diversas frentes, que visa a deixar para o próximo governo nossa economia adaptada à nova realidade nacional e internacional". E garante que a elevação da meta do superávit comercial, de 6,5 bilhões de dólares em 1983 para nove bilhões de dólares este ano, não condenará a indústria a um quadro recessivo mais profundo do que o do ano passado, pois o grande ajuste comercial foi feito em 1983, quando o País passou de um superávit de 80 milhões de dólares para 6,5 bilhões de dólares.

Apesar disso, reconhece o presidente que o esforço de contenção das importações, que o ano passado se situaram quatro bilhões de dólares abaixo do que em 1982, constituiu-se no principal fator explicativo da queda de 7,9% observada na produção industrial, segundo estimativas da Fundação Getúlio Vargas.

Quatro fatores são apontados como responsáveis principais pela explosão inflacionária e pelo processo recessivo do ano passado: maxidesvalorização de 30% em fevereiro; o ajuste de preços públicos e administrados, especialmente nos meses de junho e julho; o alinhamento dos preços internos e dos preços agrícolas aos preços internacionais em ascensão; a contenção das importações.

O documento menciona ainda o esforço de ajuste interno e se manifesta otimista em relação a 1984 para reparar o déficit do balanço de pagamentos, que no ano passado foi de 3,4 bilhões de dólares.

SOCIAL

No capítulo dedicado à política social do governo, Figueiredo iniciou sua mensagem justificando as diversas alterações registradas na política salarial, em 1983. Em primeiro lugar, mencionou a necessidade de se assegurar ao setor exportador condições de competitividade externa, "mediante a atenuação das pressões sobre seus custos advindos dos aumentos salariais".

Sobre a Previdência Social, o presidente diz que a redução das receitas, provocadas pelo desemprego, não correspondeu a igual redução nas despesas: "Estas foram agravadas pelos efeitos diretos da necessidade de maior assistência dos órgãos de execução da Previdência Social aos seus beneficiários". Mas o presidente se mostra otimista ao afirmar que a retomada do crescimento econômico — "como meta estabelecida para o segundo semestre de 1984" — deverá reduzir os níveis de desemprego e incrementar a arrecadação da Previdência.

Figueiredo descreveu ainda a estratégia do governo, na área da Saúde, voltada para melhorar a qualidade dos serviços prestados pela rede de atendimento já existente, para aumentar a gama da população atingida pelos serviços básicos. Na área da Educação e Cultura, Figueiredo diz que seu governo optou pelo "progressivo aumento qualitativo de ações que procuram minimizar problemas considerados prioritários". E fala ainda na área da Desburocratização, dando destaque para a simplificação do licenciamento anual de veículos.

MILITAR

A mensagem presidencial afirma também que o Exército, em 1983, desenvolveu seus programas "através de um criterioso emprego dos recursos disponíveis, procurando atender às necessidades básicas com um mínimo de prejuízos ao preparo do profissional". Sobre o aparelhamento do Exército, o texto destaca que, sempre que possível, os programas foram orientados no sentido de dotar a Força de materiais de fabricação nacional.

Os programas de instrução e adestramento, desenvolvimento científico e tecnológico também foram destacados na mensagem. Que menciona ainda o fato de o Brasil ter sido admitido como membro consultivo do Tratado Antártico. A mensagem não menciona, porém, os estudos realizados pelo Estado-Maior das Forças Armadas relacionados ao planejamento familiar.

Na área da Marinha, além de recordar as operações de adestramento em outros países, o presidente observa que as restrições econômico-financeiras também se refletiram naquela Pasta, prejudicando seu programa de reaparelhamento.

Sobre o trabalho do Ministério da Aeronáutica, a mensagem destaca apenas objetivos que a Força vem tentando alcançar — como a atualização da organização, do aparelhamento e do adestramento da FAB, além do desenvolvimento da infra-estrutura aeroportuária. Na parte da aviação militar, as maiores preocupações se concentraram na profissionalização dos recursos humanos e em produzir missões independentes, no caso da defesa aérea contra ataques realizados por unidades táticas.